

CURADORIA DO MEIO AMBIENTE
Inquérito Civil nº 06.2019.00000711-2**TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por seu Órgão de Execução com atribuições na 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de São João Batista, na defesa do Meio Ambiente, doravante denominado **COMPROMITENTE** e, de outro lado, **MAXIMILIANO EUGENIO GRAVER**, brasileiro, empresário, CPF n. 002.215.170-22, Carteira de Identidade n. 8.079.124.593, filho de Rogério Baltazar Graver e Helena Reni Graver, casado com **GRACIANA MARIA TOMIO GRAVER**, brasileira, CPF n. 042.069.689-00 e Carteira de Identidade n. 4.537.407, filha de Hélio João Tômio e Aquerina Margarida Lucianer Tomio, residentes na Rua Emílio Batisti, nº 239, Bairro Trinta Réis, no Município de Nova Trento/SC, telefone nº (48) 98814-2794, doravante denominado de **COMPROMISSÁRIOS**, e **HÉLIO JOÃO TOMIO**, brasileiro, casado, CPF n. 298.380.299-04 e Carteira de Identidade n. 971.147, residente na Rua Augusto Voltolini, n. 164, Bairro Trinta Réis, no Município de Nova Trento/SC, doravante denominado **ANUENTE** nos autos do Inquérito Civil nº 06.2019.00000711-2, a teor do disposto no art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/1985, e do art. 89 da Lei Complementar Estadual nº 197/2000, e

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 129 da CF), assim como a proteção dos interesses difusos, coletivos (art. 127, III, da CF e art. 81, I e II, da Lei n. 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor – CDC) e individuais homogêneos (art. 127, IX da CF e art. 81, III e 82, do CDC);

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127 da Constituição da República);

CONSIDERANDO que o art. 90, VI, "b" da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Santa Catarina (Lei Complementar n. 738/2019), estabelece como função institucional do Ministério Público a promoção do inquérito civil e da ação civil pública para a proteção, prevenção e reparação dos danos causados ao patrimônio público e social, **ao meio ambiente**, ao consumidor, à ordem econômica e aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE SÃO JOÃO BATISTA

CONSIDERANDO que a competência para a deflagração de eventual ação civil pública é estabelecida pelo local do dano, nos termos do art. 2º, da Lei 7.347/85;

CONSIDERANDO que *"Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações."*, consoante dita o art. 225, *caput*, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a função sócio ambiental da propriedade prevista nos arts. 5º, XXIII; 170, VI, 182, §2º; 186, inciso II e art. 225, todos da Constituição Federal, e os princípios jurídicos da prevenção, da precaução e do poluidor pagador;

CONSIDERANDO que o dever de defender e preservar o bem ambiental é imposto tanto ao Poder Público quanto aos administrados, em autêntica solidariedade social e jurídica, cada qual com sua esfera de responsabilidade, consagrando-se a tríplice responsabilização civil, administrativa e penal, de forma independente e autônoma (art. 225, § 3º, da CF);

CONSIDERANDO o artigo 170, incisos III e VI da Constituição Federal que elevou o meio ambiente à condição de princípio, ao lado da função social da propriedade, o que significa dizer que, ao tratar da atividade econômica e lucrativa, esta não poderá sobrepor-se à defesa do meio ambiente, mas sim conviver em harmonia com este;

CONSIDERANDO o direito de propriedade (art. 5º, XXII, da CF) e de exercício de atividade lucrativa (art. 170, da CF), condiciona-os a limites, dentre os quais encontra-se sua função social na dimensão ambiental, atendendo as diretrizes traçadas pela legislação, que visam garantir o bem-estar da população (arts. 5º, XXIII, 30, VIII, 170, III e VI, e 182, da CF);

CONSIDERANDO que chegou ao conhecimento do Ministério Público denúncia de terraplanagem e a construção de um açude, de um muro e uma galeria, tudo situado em área de preservação permanente;

RESOLVEM

Formalizar, neste instrumento, **TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUCTA**, mediante as seguintes cláusulas e respectivas sanções:

1. DO OBJETO

Cláusula Primeira: este Termo tem como objeto a reparação do dano ambiental causado em imóvel de propriedade dos **COMPROMISSÁRIOS**, situado na Rua Augusto Voltolini, n. 164, Bairro Trinta Réis, no Município de Nova Trento/SC, consistente na realização de serviços de terraplanagem em uma área de 1.230,00m², além da construção de um muro de blocos de concreto medindo 11 metros lineares por 1 metro de altura, a instalação de um açude medindo 13m x 11m e a construção de uma pequena galeria em concreto armado medindo 1,5m X 4,5m, tudo em área de preservação permanente.

2. DAS OBRIGAÇÕES DOS COMPROMISSÁRIOS

2.1 DA OBRIGAÇÃO DE FAZER

Cláusula Segunda: para a consecução do objeto deste TAC, os **COMPROMISSÁRIOS** assumem a obrigação de fazer consistente em recuperar o dano causado na área descrita na cláusula anterior, mediante a execução e implementação de Projeto de Recuperação de Área Degradada – PRAD, a ser devidamente aprovado pelo Instituto do Meio Ambiente – IMA;

Parágrafo Primeiro: o PRAD deverá prever, no mínimo, a remoção do muro de concreto (na faixa da APP) e o açude, bem como contemplar o reflorestamento da área com espécies nativas, **inclusive da pequena área mencionada no OF/PMSC/2021/18083**, fls. 85-90, a fim de restaurar o estado vegetativo ao *status quo ante*;

Parágrafo Segundo: fica convencionado que a manutenção da galeria de concreto dependerá de aprovação do Instituto do Meio Ambiente – IMA, obrigando-se os **COMPROMISSÁRIOS** a retirá-la, em até 45 (quarenta e cinco) dias contados da data da ciência da decisão, em caso de não aprovação;

Parágrafo Terceiro: o Projeto de Recuperação de Área Degradada em análise pelo IMA (FCEI nº 493820), assim como as respectivas licenças a serem concedidas por esse órgão, integram este instrumento para todos os fins legais;

Parágrafo Quarto: as ações/condicionantes previstas no Projeto de Recuperação de Área Degradada deverão ser executadas pelos **COMPROMISSÁRIOS** no prazo de **30 (trinta) dias**, contados da assinatura do presente Termo de Ajustamento de Condutas.

Cláusula Terceira: os **COMPROMISSÁRIOS** se comprometem, após o decurso de prazo acima assinalado – **30 dias** –, a realizarem o monitoramento da área, a cada 6 (seis) meses, mediante o coroamento das mudas, controle de braquiária, adubação orgânica, controle de formigas, replantio de eventuais mudas mortas, entre outras medidas que se fizerem necessárias, apresentando ao Ministério Público, **anualmente**, os resultados respectivos através de relatório devidamente elaborado pelo profissional técnico responsável pelo PRAD, até a efetiva recuperação do dano.

Cláusula Quarta: os **COMPROMISSÁRIOS** assumem a obrigação de fazer, consistente em adotar todas as medidas necessárias para a recuperação da área degradada, especialmente aquelas a serem indicadas no Projeto de Recuperação de Área Degradada – PRAD (FCEI nº 493820), bem como aquelas porventura indicadas pelo agente fiscalizador no(s) auto(s) de constatação (Cláusula Nona), no prazo de 30 dias, da ciência.

Cláusula Quinta: os **COMPROMISSÁRIOS** estão cientes que deverão providenciar e comprovar nesta Promotoria de Justiça, **em até 60 (sessenta) dias** contados da assinatura deste Termo, a averbação junto à matrícula imobiliária de cópia deste instrumento de transação.

Cláusula Sexta: em caso de transferência da propriedade ou posse da área ou, ainda, cessão decorrente de contrato de aluguel/arrendamento, os **COMPROMISSÁRIOS** obrigam-se a dar ciência à outra parte no negócio, fazendo constar do contrato particular ou escritura pública as obrigações assumidas e as respectivas multas pelo descumprimento;

Parágrafo Primeiro: se os **COMPROMISSÁRIOS** transferirem a propriedade sem cumprir a obrigação ora assumida, permanecerão como responsáveis solidários com o adquirente nas obrigações e nas multas por descumprimento;

Parágrafo Segundo: se os **COMPROMISSÁRIOS** transferirem tão somente a posse, a qualquer título, permanecerão responsáveis solidários com o possuidor ou detentor nas obrigações e nas multas por descumprimento.

2.2. DA OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER

Cláusula Sétima: os **COMPROMISSÁRIOS** assumem a obrigação de não fazer qualquer outra intervenção de cunho ambiental na área objeto deste ajuste (Cláusula Primeira), exceto nas hipóteses previstas em lei e

observada, quando for o caso, a prévia licença ambiental.

3. DAS OBRIGAÇÕES DO ANUENTE

Cláusula Oitava: o ANUENTE assume o compromisso de auxiliar os **COMPROMISSÁRIOS** na implementação das ações necessárias para a recuperação do passivo ambiental, conforme as obrigações de fazer e de não fazer que foram pactuadas, **respondendo solidariamente com a cláusula penal convencionada.**

4. DA FISCALIZAÇÃO

Cláusula Nova: o **COMPROMITENTE** poderá fiscalizar a execução deste acordo sempre que entender necessário, tomando as providências legais cabíveis, inclusive determinando vistorias no imóvel e demais providências pertinentes aos objetos das obrigações ora assumidas que deverão ser atendidas pelo **COMPROMISSÁRIO** no prazo fixado na notificação ou requisição.

Parágrafo Único: eventuais valores despendidos com o custeio de perícias a serem realizadas, se necessário, deverão ser ressarcidos ao Fundo para Reconstituição de Bens Lesados pelos **COMPROMISSÁRIOS**.

5. DA MULTA PELO DESCUMPRIMENTO

Cláusula Décima: em caso de descumprimento injustificado de quaisquer das Cláusulas do presente Termo ficam os **COMPROMISSÁRIOS** obrigados ao pagamento de multa no valor de 5.000,00 (cinco mil reais), a ser revertida ao Fundo para Reconstituição dos Bens Lesados de Santa Catarina, mediante a expedição de boleto a ser retirado diretamente nesta Promotoria de Justiça;

Parágrafo Primeiro: o valor da multa deverá ser pago em parcela única, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da notificação dos **COMPROMISSÁRIOS** para comparecimento na Promotoria.

Parágrafo Segundo: não sendo efetuado o depósito do valor da multa na data estabelecida, sua cobrança será realizada pelo Ministério Público, com atualização monetária e juros de 1% ao mês sobre o que deveria ser depositado;

Parágrafo Terceiro: além do pagamento da multa, o descumprimento ou a violação de qualquer dos compromissos assumidos

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE SÃO JOÃO BATISTA

facultará o protesto e a execução do presente Termo, que equivale a título executivo extrajudicial, ou então o aforamento de Ação Civil Pública, a critério do Ministério Público;

Parágrafo Quarto: para a execução da referida multa e tomada das medidas legais pertinentes, será necessário tão somente relatório, auto de constatação ou qualquer outro documento equivalente comprovando o descumprimento/violação;

Parágrafo Quinto: o ANUENTE responde **solidariamente** pelo pagamento da multa fixada pelo descumprimento do TAC.

6. OBRIGAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Cláusula Décima Primeira: o **COMPROMITENTE** compromete-se a não adotar nenhuma medida judicial de cunho civil contra os **COMPROMISSÁRIOS**, caso venha a ser cumprido o disposto neste ajuste de conduta, sendo que o presente compromisso não exclui a responsabilidade administrativa e criminal pelo ato praticado, nem por sua eventual reiteração.

7. EXECUÇÃO JUDICIAL DESTE TÍTULO

Cláusula Décima Segunda: a inexecução injustificada dos compromissos previstos nas cláusulas acima ou a continuidade de posturas ilícitas pelos **COMPROMISSÁRIOS** facultará ao Ministério Público a imediata execução judicial do presente título, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, nos planos judicial ou extrajudicial.

8. REVISÃO E ADITIVO DESTE TERMO

Cláusula Décima Terceira: o **COMPROMITENTE** e os **COMPROMISSÁRIOS**, desde que haja comum acordo, poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, o qual poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrem tecnicamente necessárias.

9. POSSIBILIDADE DE PROTESTO:

Cláusula Décima Quarta: O presente título executivo comportará o protesto, nos termos legais regulamentares e para surtir todos os efeitos que lhe são próprios, com base na autorização do art. 28, V, do Ato n. 395/2018/PGJ.

10. FORO DE ELEIÇÃO:

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE SÃO JOÃO BATISTA

Cláusula Décima Quinta: elegem as partes, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, o foro da Comarca de São João Batista/SC para dirimir quaisquer dúvidas ou conflitos oriundos do presente TAC.

11. DISPOSIÇÕES FINAIS:

Cláusula Décima Sexta: o presente ajuste entrará em vigor na data de sua assinatura.

Assim, justos e acertados, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, as partes firmam o presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Condutas em 3 (três) vias de igual teor, com eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/1985.

São João Batista, 21 de setembro de 2021.

Nilton Exterkoetter
Promotor de Justiça

Maximiliano Eugenio Graver
Compromissário

Graciana Maria Tômio Graver
Compromissária

Hélio João Tômio
Anuente